

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
ELSA ROSALIA SCARONE**

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA
REALIDADE SOCIAL**

**PONTA GROSSA
2016**

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA
ELSA ROSALIA SCARONE**

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA
REALIDADE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia no Instituto Superior de Educação Sant'Ana.

Orientadora: Profª Ma Analia Mª. de Fátima Costa

**PONTA GROSSA
2016**



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA
Rua Pinheiro Machado, nº 189 – Centro – Ponta Grossa – PR CEP 84.010-310
Telefone: (042-3224-0301) pedagogia@iessa.edu.br.

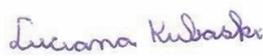
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

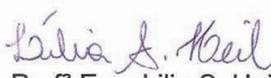
TERMO DE APROVAÇÃO

ELSA ROSÁLIA SCARONE

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado no Curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação Sant'Ana, com a seguinte banca avaliadora:


Profª Ma Anália Mª de Fátima Costa
Orientadora


Profª Ma Luciana Kubaski
Banca


Profª Esp. Lilia S. Heil
Banca

Ponta Grossa, 23 de novembro de 2016

DEDICATÓRIA

A minha família, ao meu irmão, as minhas amigas que sempre me apoiaram e me deram forças para continuar a minha caminhada;

A minha querida e dedicada professora Analia Maria de Fátima Costa que aceitou me orientar na realização desse trabalho;

A todos vocês muito obrigada por fazerem parte desse momento único e especial, pois sem vocês não teria conseguido chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu o dom da vida e ao meu Anjo da guarda que sempre me protegeu e me guiou em todos os momentos.

Ao meu querido marido Claudemir e minha querida sogra Marly, que sempre me apoiaram e durante esses três anos de curso, abdicaram de ficar no conforto de casa à noite descansando, para ficar com a Fernanda, enquanto eu estudava na Faculdade, meu eterno agradecimento. Novamente, para você meu marido minha gratidão, pois esteve presente em todos os momentos em que precisei de sua ajuda para digitar cada um dos meus trabalhos e principalmente em meu TCC. Em nenhum momento, mesmo contrariado nunca me deixou sozinha, sempre pude contar com tua ajuda, pois, não me deixou desistir, me apoiando nos momentos mais difíceis, obrigada meu eterno amor.

Aos meus filhos Flávia e William que sempre me apoiaram e incentivaram dando muita força, a minha pequena Fernanda que muitas vezes me ajudou digitando enquanto eu ia ditando os trabalhos da Faculdade, só posso dizer: “obrigada, meu amor por vocês não tem limite”.

As minhas amigas Silvia, Bianca, Michele, Denise, Tais e Luciane e a cada uma das meninas que sempre me ajudaram, a cada uma delas minha admiração pois, sempre foram queridas e atenciosas comigo, me incentivando, nunca me deixando desistir, mesmo nos momentos mais difíceis, de seu jeito cada uma se fez presente em minha vida. A todas vocês que alegraram e divertiram as minhas noites com muitas risadas fica aqui desde já, minhas saudades.

A minha orientadora Fátima Costa que sempre me incentivou e auxiliou acreditando na minha pessoa, me fazendo sentir capaz e que se fez presente em cada linha dessa pesquisa tão importante, minha eterna gratidão.

A todos os professores da Faculdade Sant'Ana que contribuíram significativamente para minha formação desde o primeiro ano do curso, professoras: Lucimara, Maria Elganei, Jociane, Neusa, Luana, Carol, Gislene, Bruna, Gioconda e os professores: Lucio e Dílson. A todos vocês que passaram durante esses três anos de curso e contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, fazendo com eu me tornasse uma pessoa mais crítica e capaz, meus sinceros agradecimentos.

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina”.

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 PROBLEMÁTICA.....	9
1.2 OBJETIVO GERAL.....	9
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	9
2. A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA: DE MÃOS EM MÃOS.....	10
3- FAMÍLIA, SOCIEDADE E A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	17
3.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA.....	17
3.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA.....	20
4- METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
4.1 DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA.....	25
4.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	26
4.3 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	26
4.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	26
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXO I.....	38
ANEXO II.....	41

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho social de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua. O trabalho foi realizado através da pesquisa qualitativa, se utilizando de um questionário com 9 (nove) questões abertas e 2 (duas) fechadas, tendo como problemática: quais são as motivações que levam crianças e adolescentes a deixarem suas casas e viverem em situação de rua? A coleta de dados ocorreu em uma Casa de Passagem, na cidade de Ponta Grossa-Pr. Para aprofundamento do tema utilizou-se os seguintes autores e pesquisadores: Oliveira(2001); Brito (1999); Lucchini (1992); Santana (2003); Aptekar (1996); Rosemberg (1994), Benelli (2014); Graciani (2005); Leite(2001) Rizzini(2011), Westphal(2002), Brasil(2001), entre outros. Em relação aos dados analisados, verificou-se que mesmo tendo à disposição das crianças e adolescentes em situação de rua, a Casa de Passagem, poucos frequentadores fazem a opção em retornar para seu ambiente familiar, preferindo ficar morando na rua. Para os frequentadores que optam pela ressocialização, a entidade cumpre seu papel social encaminhando-os para programas de apoio em sistema de internato ou semi internato, os quais permanecem no programa até que tenham condições de retornarem para seus familiares ou para casa de uma família substituta.

Palavras- chave: Casa de Passagem. Crianças e adolescentes em situação de rua. Ressocialização. Acolhimento.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre crianças e adolescentes que deixam suas casas e passam a morar nas ruas. Esta situação tão presente nos dias atuais, leva-se a questionar entre outros, o papel da família neste contexto social.

Segundo Oliveira (2001, p.163), a família é o primeiro grupo responsável pelo indivíduo, pois seus membros são formados de forma biológica e culturalmente, no entanto, sofrem inúmeras influências sociais que provavelmente acarretam diferentes impactos nas relações familiares, afirma ainda que “a família pode ser definida como um tipo de agrupamento social primário cuja estrutura de alguns aspectos varia no tempo e no espaço”, sendo assim, é de responsabilidade da família manter seus membros acolhidos e com segurança, porém, nem sempre isso acontece.

De acordo com Rosemberg (1994), a presença de diferentes grupos, hordas, crianças, e outros é comum desde a Idade Média, usando-se os seguintes termos: “meninos de rua”, “meninos na rua” e “meninos em situação de rua”. Neste sentido, há muito tempo esta realidade se faz presente, acarretando problemáticas de ordem familiar e social nem sempre resolvidas.

Segundo Aptekar (1996), a pobreza, o abuso e fatores modernizantes são os principais fatores que levam as crianças à esta situação. A partir daí, muitas crianças tornam a rua como uma “extensão” de suas casas servindo como um local de socialização, aprendizagem e exercitação dos saberes necessários à sobrevivência. Estas crianças permanecem expostas e tornam-se vulneráveis a diversas circunstâncias de risco. A inclusão destas crianças em projetos sociais de reintegração é um elemento decisivo que poderá dar suporte à uma nova integração bem sucedida, permitindo que a criança reconstrua seu mundo social.

Lucchini (1993), relata que enquanto a rua para alguns é um espaço de passagem, para outros é um meio de vida, um espaço de sobrevivência e de formação de vínculos.

Considera-se crianças em situação de rua não apenas aquelas que permanecem literalmente na rua, mas também às que perambulam e permanecem em praças, feiras, estação de ônibus, parques públicos, terrenos vazios, prédios abandonados, entre outros.

Conforme a Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e Adolescente -ECA, art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Mesmo sendo dever da família assegurar os direitos da criança e do adolescente, ainda se verifica o descaso de algumas famílias frente à estes direitos, não respeitando assim o que determina a lei.

Provavelmente, são inúmeras as causas que levam os menores a viverem na rua que no interior de seus lares, para Menezes e Brasil (1998), são dificuldades materiais e/ou a desorganização familiar que impulsionam a ida das crianças para a rua, sendo que a inserção dos mesmos num grupo de crianças que já está na rua acelera este processo.

Segundo esses mesmos autores, a criança não passa a viver na rua de um dia para outro, sendo na maioria dos casos algo progressivo ligado ao aprendizado que a criança vai fazendo da rua.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, em casos onde a família não exerça sua função de zelar pelo bom desenvolvimento da criança, não importando o motivo, é obrigação do Estado proteger e cuidar dessas crianças e adolescentes, proporcionando-lhes um completo atendimento emocional, social, comunitário e educativo, uma vez encontrando-se em situação de rua, estas, infringem o estabelecido por lei e contrariam a prática de dignidade humana.

Desse modo, percebe-se que caso a família não dê conta de assegurar o bem estar da criança, a responsabilidade fica a cargo do Estado, que nem sempre consegue cumprir a legislação vigente.

Santana (2003), relata que a participação em instituições ou programas governamentais, não governamentais ou religiosos é considerada como uma importante característica compartilhada pelas crianças e pelos adolescentes em situação de rua, disponibilizando serviços como fornecimento de alimentação, prestação de cuidados com a higiene e saúde, e educação, possibilitando trocas sociais e processos de desenvolvimento, importantes para a trajetória de vida dos adolescentes.

Colaborando com esta premissa, Brito (1999) salienta que estas instituições de atendimento, bem como seus funcionários, desempenham um importante papel na rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes em situação de rua.

Desta forma certifica-se, a importância das instituições que acolhem as crianças em situação de rua, sejam elas privadas ou públicas pois, oportunizam a reintegração e ressocialização destas crianças.

1.1 PROBLEMÁTICA

Quais são as motivações que levam crianças e adolescentes deixarem suas casas e viverem em situação de rua?

1.2 OBJETIVO GERAL

- Analisar o trabalho social de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como acontece o trabalho social em uma Casa de Passagem na cidade de Ponta Grossa-Pr, de institucionalização de crianças e adolescentes que deixam - se suas casas em detrimento à rua;
- Identificar como a institucionalização de criança e adolescentes em situação de rua, atua para a retomada dos vínculos familiares e /ou colocação em famílias substitutas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O referido trabalho apresenta-se da seguinte forma: o primeiro capítulo introdutório descreve de forma sucinta o tema abordado, o problema da pesquisa e os objetivos de ordem geral e específicos.

O capítulo dois descreve sobre a criança em situação de rua: de mãos em mãos.

No capítulo três se discorre sobre as causas que levam as crianças e adolescentes a viverem na rua; o papel da família e da sociedade no contexto da criança e adolescente em situação de rua.

O capítulo quatro apresenta a metodologia adotada na pesquisa, os passos seguidos na coleta e análise de dados.

Para concluir o trabalho o capítulo cinco contém as considerações finais.

2. A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA: DE MÃOS EM MÃOS

Sabe-se que a problemática da criança e adolescente em situação de rua há tempos se arrasta no contexto social brasileiro, datando desde o início de nossa colonização.

De acordo com Leite (2001), a história das crianças abandonadas no Brasil começou por volta de 1550, pouco depois do início da colonização brasileira.

No período colonial, a assistência à infância no Brasil seguia determinações de Portugal, aplicados por meio da burocracia, dos representantes da Corte e da Igreja Católica, igreja e estado andavam juntos, “[...] o Evangelho, a espada e a cultura Europeia estavam lado a lado no processo de colonização e catequização implantados no Brasil”. (RIZZINI&PILOTTI,2011, p17), certifica-se assim, que esta problemática social vem se arrastando desde o início da colonização brasileira, até os dias atuais.

Leite (2001), relata que neste período colonial, o jesuíta Manoel da Nóbrega juntamente com outros religiosos da mesma ordem, foram enviados ao Brasil, com objetivo de iniciar a catequese dos índios, para salvar suas almas, especialmente das crianças e dos jovens que já viviam ali, como também, tirá-los da vida pagã, impondo-lhes normas e costumes cristãos, como casamento monogâmico, a confissão dos pecados e o medo do inferno. Porém, os jesuítas não contavam com a resistência da comunidade indígena, uma vez que estes já possuíam suas próprias crenças e seus costumes.

A comunicação entre os índios e os jesuítas era bem difícil pois os mesmos não entendiam a língua falada por eles, assim:

[...] O padre Manoel da Nóbrega junto com o outro jesuíta, José de Anchieta, mandaram vir de Portugal jovens órfãos. Pensavam que esses seriam capazes de aprender rapidamente a língua dos curumins (crianças indígenas) e, assim, mais tarde poderiam ensinar-lhes o latim, a língua dos antigos Romanos que na época era usada nas missas e nos ensinamentos da fé católica. (LEITE,2001, p.9).

Pensando que esses órfãos se adaptariam aqui e aprenderiam rapidamente a língua indígena e também o latim, os jesuítas receberam os jovens órfãos vindo de Portugal, com o intuito de servirem como mediadores entre eles e os índios.

A autora supracitada, descreve ainda que segundo os jesuítas, estes jovens vindos de Portugal, eram aventureiros e acabaram encantados pelas Índias, vindo a fugir com as mesmas para o interior do Brasil, com isso, tornaram-se os primeiros meninos de rua da nossa história. Descontentes com este fato o jesuíta José de Anchieta envia uma carta para Portugal nestes termos:

[...] risco da permanência desses “patifes no Brasil”: porque neles está uma parte da edificação ou destruição da terra “e” aqui há muitos inconvenientes e perigos para serem ruins, as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém. (LEITE,2001, p.10)

Desse modo, estes jovens que chegaram ao Brasil, vindos de Portugal foram considerados os primeiros meninos de rua, tendo desde esta época se estabelecido um estigma social, pois, foram rotulados como ladrões e maus elementos para conviver em sociedade.

Ainda, segundo Leite (2001), nem todos esses órfãos que chegaram no Brasil se deixaram influenciar seguindo caminhos errados, alguns deles viraram “pequenos Jesus”, pois os missionários os comparavam à imagem do filho de Deus e desta forma sentiam que a missão estava sendo cumprida uma vez, que estavam conseguindo educar os curumins nos princípios morais e espirituais dentro da disciplina católica. Com a intencionalidade em abrigar esses “meninos bonzinhos” os padres inacianos fundaram no Brasil, em 1551, os primeiros colégios internos, construindo duas casas: uma destinada para meninas e outra para meninos, criando-se neste momento uma política do recolhimento e internamento dos menores.

Mesmo com a criação de internatos cerca de duzentos anos depois, em 1738, a imprensa noticiava o aumento significativo do número de crianças abandonadas pelas ruas. Como forma de ajudar essas crianças em situação de rua foi criada a Casa da Roda com o intuito de ajudá-las e protegê-las dos perigos das ruas,

[...] a Casa da Roda foi uma instituição muito conhecida até o século XIX. Inventada na Europa no século XVII, servia como asilo de crianças abandonadas ou órfãs. Estas eram depositadas geralmente à noite, numa espécie de caixa giratória, instalada numa das paredes do edifício para impedir que se soubesse quem havia abandonado a criança. (LEITE,2001, p.10).

Assim, esta instituição acolhia as crianças que eram abandonadas e não tinham aonde morar.

Segundo Rizzini & Pilotti (2011), no Brasil a partir do século XVIII, instituiu-se o sistema da Roda através da Casa de Misericórdia, sua edificação era em forma de cilindro giratório que dava passagem a criança que ali era deixada para que fosse recolhida, desse modo, quem ali a colocasse não poderia ser identificado.

Leite (2001), completa as informações descrevendo que a maioria das crianças deixadas na Casa da Roda no Brasil, eram órfãos de famílias muito pobres no entanto, acolhia também muitos filhos repudiados, de mulheres que cometiam adultério e que não podiam assumir publicamente a condição de mãe. “Eram os “filhos proibidos”, frutos de relações ilícitas, ou porque a mãe era muito jovem e solteira, ou porque os pais não eram casados um com o outro” (LEITE, 2001, p11).

Desta forma, a Casa da Roda foi criada para dar assistência às crianças órfãs ou abandonadas, brancas ou negras, crianças de qualquer tipo, cujos os pais não queriam problemas. Como a identidade das mães era ignorada, a Casa Roda foi considerada uma solução, uma forma de esconder a prole indesejada, em prol da paz e tranquilidade da família brasileira.

Relata ainda a autora citada acima, que em 1739, foi criado por Marçal Magalhães Lima e do Capitão Francisco dos Santos, na cidade do Rio de Janeiro outro internato para menores, o Recolhimento de Órfãos, destinado a resguardar meninas pobres, órfãs, filhas de legítimo matrimônio, dos maus exemplos da vida, o que deixava claro que filhas ilegítimas e frutos de relações adulterinas não eram aceitas ali. As órfãs internadas tinham entre 8 e 12 anos e podiam permanecer na instituição até a idade máxima de 25 anos, ao contrário das casas dos Expostos que não tinham conhecimento da origem das crianças recebidas agora essas crianças eram órfãs de casamentos legais sendo brancas e sabendo a sua origem, que se tinha como objetivo criá-las para serem bem educadas e futuras boas esposas.

Neste período Marçal Magalhães Lima e Francisco dos Santos passaram a serem considerados benfeitores da infância e da juventude desvalida, incluíam as crianças de rua que já começavam incomodar a sociedade da época, tanto que,

[...] eles foram ao lado dos jesuítas os precursores no Brasil da ideia dos internatos de menores, ou seja de “locais apropriados” para o recolhimento de jovens desvalidos ou moralmente abandonados internatos que seriam construídos e mantidos pela caridade pública sem que o governo de Portugal tivesse que fazer gastos com a

infância desassistida ou assumir a responsabilidade de protegê-la e educá-la. (LEITE 2001 pg. 14).

Assim descrito, verifica-se que frente ao número crescente de crianças abandonadas pelas ruas sem qualquer condição digna de vida e sem nenhuma assistência começa-se a se pensar em locais apropriados para deixá-las como por exemplo os orfanatos.

Mesmo com a criação de orfanatos para as crianças abandonadas, as Casas da Roda continuaram funcionando, mas em condições precárias, segundo Rizzini & Pilotti (2011) cerca de 70 % das crianças que ali moravam entravam em óbito, decorrente da falta de uma alimentação saudável e de higiene básica.

Entre 1836 a 1870, pelo fato do índice de mortalidade aumentar consideravelmente, o tema passa a ser de interesse acadêmico e assim, médicos e higienistas fazem um alerta na forma de acolhimento à todas essas crianças abandonadas.

[...] para se ter uma noção da preocupação científica sobre o problema da infância Brasileira no período de 1836 a 1870 foram defendidas 81 teses acadêmicas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro abordando o tema da criança: 34 delas, ou seja, mais de 40% referiam-se exclusivamente as crianças pobres com destaque especial aos expostos da Santa Casa de Misericórdia. A mortalidade de crianças pobres, à proteção sanitária da criança, à prostituição infantil, à ausência de escolaridade e o ao delito e à delinquência precoce. (LEITE, 2001 p. 16).

O olhar para essas crianças abrigadas na Casa da Roda, começa a preocupar a comunidade científica, mas ainda pouco se fez para melhorar ou minimizar esta problemática social da época.

Rizzini & Pilotti (2011), contam que ocorreu no meio médico, um debate sobre a melhor forma de se cuidar dos expostos, vindo a se ter uma certa melhora nas condições de higiene na Casa dos Expostos.

Neste contexto social da época em que muito pouco se fazia para melhorar as condições de vida das crianças abandonadas nas Casas da Roda, mesmo com as iniciativas dos médicos e higienistas, muitas dessas crianças ao saírem da Casa da Roda passaram a morar nas ruas, sendo considerados desvalidos e desamparados, não merecendo nenhuma oportunidade digna de vida, pois nem o Estado se voltava para o atendimento desta população, neste sentido,

[...] o termo desvalido pode ser o primeiro indicador do desinteresse social em investir nas crianças pobres. Se elas não têm nenhum valor por que dar-lhes possibilidades de vida, de educação, de desenvolvimento físico mental ou social? Como eram rejeitadas pelo Estado, que não investia na sua educação e formação profissional, cabia geralmente as instituições de caridade tomar a si a tarefa de cuidá-las. Entretanto as instituições eram poucas, e muitas crianças acabavam indo parar nas ruas. (LEITE, 2001, p16).

Nota-se assim que não era do interesse do Estado investir na educação destas crianças, criando-se com este desinteresse uma problemática social que se estende até os dias atuais, foi nesse momento que alguns estudiosos começaram a se dedicar ao tema dos meninos de rua, sendo “definidos em 1876, por Manuel Francisco Correia como órfãos ou abandonados por pais indigentes e entregues à sua própria sorte e que essas crianças tinham grandes possibilidades de se tornarem futuros criminosos” (LEITE, 2001,p16).

Diante dos fatos ocorridos inicia-se estudos sobre meninos de rua taxados como indigentes entregues a má sorte, prontos para cair na marginalidade das ruas tirando os sossego e a paz da sociedade em geral.

De acordo com Rizzini&Pilotti (2011), no século XX, em torno de 1920, os menores que se encontravam nas ruas foram alvos de vigilância da justiça e da assistência, quando recolhidos pelo Juizado de Menores ou pela Polícia eram encaminhados para as casas de correção ou colônias correcionais. A determinação legal era que essas crianças ficassem separados dos adultos detidos, mas nem sempre isso acontecia, vindo a intensificar esta problemática social.Por conta da revolta dos defensores dos menores, criou-se as escolas de reforma, com o intuito de profissionalizá-los e assim essas crianças passam a ter um atendimento especial de acordo com a faixa- etária.

Os autores relatam ainda que em 1941, foi criado o Serviço de Assistência aos Menores-SAM, mas que pouco contribuiu para melhoria na qualidade de vida dos menores em situação de rua, pois mantiveram o modelo utilizado na em 1920, no tocante ao encaminhamento às instituições para menores, às colônias ou mesmo os presídios. Mais uma vez a iniciativa do governo em resolver este problema social, falhou, pois os menores continuaram sem condições dignas de vida.

Descrevem esses mesmos autores que em 1964, a assistência à infância fica a cargo dos militares, tomando esta problemática de cunho da segurança nacional, tendo como obrigação sua normalização, determinam a criação da Fundação Nacional do Bem – Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem – Estar do Menor (PNBEM), que tinham como missão: “[...] velar para que a massa crescente de “menores abandonados viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das droga, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional” (RIZZINI& PILOTTI ,2011,p.26-27).

Essa medida do governo também mantinha o modelo carcerário, mantendo uma intervenção direta de retirada dos filhos do seio das famílias pobres, que eram encaminhados a estes programas para menores, que mais tarde entraram em crise e dissolução a partir da entrada do governo democrático.

A partir da década de 80, inicia-se um novo olhar para a criança em situação de rua, descrevem Rizzini& Pilotti (2011), que a noção da situação irregular destas crianças começa a ser duramente questionada pela sociedade, frente as estatísticas sociais alarmantes, pois:

[...] parcelas expressivas da população infanto-juvenil, pertenciam a famílias pobres e miseráveis, eram cerca de 30 milhões de “abandonados” ou “marginalizados”, contradizendo a falácia da proporção minoritária dessa população, como poderia se encontrar e “situação irregular”, simplesmente metade da população entre 0 a 17 anos? (RIZZINI& PILOTTI ,2011, p.28).

O número alarmante de crianças em situação de rua é comprovado, e novas políticas públicas se fazem necessárias serem criadas pois, até então esta situação era camuflada pelo próprio governo.

Rizzini& Pilotti (2011), relatam ainda, que frente a este quadro de quase 30 milhões de crianças em situação de rua, surge um amplo movimento social organizado pelas ONGs, igrejas, entre outros, em prol dos direitos e cidadania destas crianças e adolescentes, resultando propostas na Constituição Brasileira de 1988, assegurando no artigo 227, a prioridade nos direitos da criança e do adolescente, resultando com o passar do tempo na criação do Estatuto da Criança e Adolescente, com o objetivo de resolver as problemáticas da infância e da juventude brasileira.

Desta forma, a responsabilidade no atendimento da criança e do adolescente passa ser da sociedade civil, sendo que ao cometer algum delito este público é atendido em primeira instância pelos Conselhos Tutelares que são:

“órgãos permanentes, autônomos e não jurisdiciais, com membros eleitos por cidadãos no plano local, e encarregados de fiscalizar e implementar o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescente” (RIZZINI& PILOTTI ,2011, p.29).

Sabe-se que mesmo com estas novas investidas tanto por parte do governo como da sociedade civil ainda não se consegue resolver esta problemática social, visto que o governo ainda mantém programas de atendimento à criança e adolescente em ambientes de caráter reformatório, mesmo que de forma velada, como também, a sociedade civil no caso, dos Conselhos Tutelares enfrentam inúmeras dificuldades no funcionamento da lei.

Neste sentido, continua-se a perguntar a partir de tudo que já se pensa que foi e é feito em favor da criança e do adolescente, em que mãos estes se encontram?

Com certeza é uma pergunta ainda difícil de ser respondida mas, acredita-se que tanto governo quanto a sociedade civil devam caminhar de braços dados para a resolução desta problemática social.

Nesta perspectiva, o capítulo a seguir tratará das algumas causas que levam as crianças e adolescentes a viverem na rua; o papel da família e da sociedade no contexto da criança e adolescente em situação de rua.

3- FAMÍLIA, SOCIEDADE E A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

O papel da família é de suma importância para a relação de vínculos saudáveis entre seus familiares, garantindo assim a saúde física e mental de todos os envolvidos.

Em dezembro de 2006, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) vem respaldar os marcos legais já previstos no Estatuto da Criança e Adolescente -ECA, compreendendo a entidade familiar como:

[...] um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. Sendo assim, a família, independentemente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitárias de vida. (BRASIL, 2009, p. 69).

Certifica-se assim, que a família, nem sempre se constitui por meio dos laços de consanguinidade, pois atualmente é composta de diferentes arranjos, mas indiferente de seu formato, deve existir em seu meio vínculos afetivos fortes e responsabilidade mútua que sustentem as relações entre seus membros.

Sendo a família o lugar onde tudo se inicia inclusive o amor, a segurança e a proteção de cada um de seus integrantes, cabe a esta assegurar como prioridade o seu direito à convivência familiar pois, segundo Brasil (2001, p3), “a família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas”. Por isso é necessário entender que a família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, e é neste espaço que vão se criar as interações de amor, carinho, respeito, proteção. Quando a família não consegue administrar de forma saudável essas relações pode gerar violência entre seus componentes, trazendo prejuízos incalculáveis.

De acordo com Westphal (2002), quando ocorre a violência familiar, ela pode estar focada em quatro vetores: o abuso físico, corporal e emocional, abuso sexual

e abandono, e a partir da vulnerabilidade da criança, esta acaba sendo vítima fácil do adulto.

A violência nas famílias não são recentes, segundo Westphan (2002), nasce no século XVIII, a chamada estrutura familiar nuclear que compõe o triângulo pai-mãe- filhos, exercendo uma função de socializadora da criança. Com o passar do tempo e tendo uma amplitude mais restrita, começa a aparecer como um lugar de muitas contradições, configurando-se como um espaço onde os maus tratos passam a fazer parte entre seus membros, gerando uma desestruturação familiar, passando a ser lugar de abusos, agressões e violência.

Considera-se violência qualquer ato crueldade exercido pelo ser humano,

[...] O exercício da violência tem como finalidade reequilibrar o sistema psíquico através de uma experiência instantânea de triunfo. Quando o indivíduo não possui auto confiança suficiente para enfrentar suas necessidades e frustrações adulta procura através do ato violento alguma "dignidade". Mesmo de forma fugaz o agressor tem uma sensação de grandiosidade através da humilhação de sua vítima e da submissão desta. Trata-se de uma forma de demonstração de poder que não encontra, entretanto qualquer correspondência de alívio interior, tendendo a gerar cada vez um nível de irritabilidade maior, devido a depressão que se segue. (BRASI,2001, p.65).

É sabido que neste contexto de violência, muitas crianças e adolescentes acabam sendo vítimas de seus agressores, pois na maioria das vezes o exercício deste ato se faz decorrente de uma necessidade de auto afirmação do próprio agressor e que no contexto familiar, pode estar atrelado à figura do pai, como da mãe.

Em relação a violência física Westphal (2002), descreve que cabe diferenciar a criança rejeitada, que sofre a falta dos cuidados básicos para sua saúde, a qual é privada de alimentos, medicamentos, higiene etc., da criança maltratada, espancada, por seus agressores, que além do sofrimento físico, fica com marcas em seu espírito e em sua carne. Um grande número de crianças sofrem da chamada síndrome de polifratras, onde são espancadas até seus ossos serem quebrados, como consequência a maioria entra em óbito.

Quanto ao abuso corporal e emocional, Westphal (2002), relata que este abuso traz à criança danos em sua autoestima e personalidade, a interferência

negativa do adulto na competência social da criança tais como: abandono, terror, cobrança, isolamento, humilhação, ameaça física, rejeição, indiferença, entre outros, trazem danos incalculáveis no desenvolvimento da criança e suas relações sociais. Por isso é importante detectar essa problemática o mais precoce possível, para se tomar as providências cabíveis.

Nas questões relacionadas ao abuso sexual, o Ministério da Saúde (2009a, p.11), define o abuso sexual como sendo [...] todo ato no qual uma pessoa tem relação de poder e por meio da força física ou intimidação psicológica obriga a outra a executar ato sexual contra a sua vontade”. Assim descrito, acredita-se que as vítimas expostas a este ato de violência, acabam sofrendo danos de toda ordem, físico, psicológico, corporal, dificultando suas relações afetivas e emocionais.

Segundo Friedman (1996 apud por WESTPHAL,2002), cerca de 12% das vítimas de atentado ao pudor tem menos de sete anos, 16% estão no período de latência sexual (idade escolar), 50% na pré puberdade e puberdade e o restante no curso da adolescência. Verifica-se assim, que desde tenra idade a criança sofre de abuso sexual de forma indefesa, ocasionando riscos em sua saúde física e mental.

De acordo com Westphal (2002), o abandono pode ser definido como carência de comida, bebida, cuidados médicos, estímulo e afeto. A falta desses cuidados pode ocasionar um comportamento violento de grande intensidade por parte da criança, uma vez que está se sente sem valia, desprezada, com auto estima baixa, enfim tem sua vida psíquica afetada. Cuidados precoces e encaminhamentos para profissionais especializados se fazem necessários em prol de se tentar minimizar esta problemática.

Portanto, a partir das premissas acima, acredita-se que se as crianças e adolescentes não sofressem tanto por conta desses abusos que iniciam-se na maioria das vezes, dentro de seus próprios lares, o número de crianças em situação de rua seria consideravelmente menor.

3.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

De acordo com Pires (s/d), recentes conceitos de assistência social vigoram no Brasil, desde a Constituição Brasileira de 1988, através da Lei Orgânica da

Assistência Social - Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que coloca como direito de cidadania, a defesa do atendimento à população excluída pela pobreza e vulnerabilidade social. Descreve ainda que:

[...] a Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados (PIRES, s/d, p. 4)

Verifica-se assim, que no contexto da legislação, existe a garantia de atendimento da população vulnerabilizada, defendendo seus direitos humanos, mas nem sempre isso acontece.

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), art. 1º: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”, este documento legal institui que todo ser humano nasce com seus direitos adquiridos de liberdade, igualdade, dignidade entre outros, no entanto, nos faz refletir até que ponto as crianças e adolescentes em situação de rua têm esses direitos universais garantidos. A busca por uma resposta efetiva, que consiga resolver esta problemática, ainda está longe de ser respondida com exatidão, pois há muito a se fazer nesta questão.

Diante deste cenário, acredita-se que o problema de crianças e adolescentes em situação de rua, pode ser minimizado em parte, por meio da oferta de entidades assistenciais, que segundo, Benelli (2014, p 85):

As entidades assistências funcionam de modo complementar ao período escolar acolhendo um regime aberto crianças e adolescentes para desenvolver atividades pedagógicas, esportivas, assistenciais, psicológicas, profissionalizantes e socializadora visando integrar essa clientela ao conjunto da vida social, comunitária e familiar normal. Dessa forma evitariam que as crianças e adolescentes ficassem expostos a situações pessoais e sociais de risco para si e para a sociedade.

Sabe-se do valor destas entidades assistenciais para o bem estar dessas crianças e adolescentes que encontram-se em situação de vulnerabilidade, pois oportunizam aos seus frequentadores possibilidades de melhoria na qualidade de vida física, afetiva, mental e social.

A resolução CNAS,109 de 11 de novembro 2009, propõe em seu art. 1º: “aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS¹: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade”, no tocante as crianças e adolescentes em situação de rua, a tipificação dos serviços socioassistenciais ficam a nível alta complexidade.

A referida Resolução supracitada, em seu anexo 5, dispõe sobre o Serviço de Acolhimento Institucional, que tem como finalidade:

[...] acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. (s/p)

Assim descrito, verifica-se a importância desse tipo de atendimento para as pessoas vulneráveis.

O serviço de acolhimento Institucional, de acordo com a Resolução CNAS, 109, pode ser desenvolvido em duas modalidades. A modalidade de atendimento residencial, onde um casal trabalha como educador ou cuidador de até 10 crianças / ou adolescentes e a modalidade de atendimento institucional, parecido com uma residência, com atendimento de até 20 crianças e/ ou adolescentes Tem como objetivos específicos para crianças e adolescentes:

- Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário.
- Sistema Único de Assistência Social;

¹ - Sistema Único de Assistência Social

-Desenvolver com os adolescentes condições para a independência e o autocuidado.

Constata-se desse modo, que a intenção é de se manter os vínculos familiares como também a autonomia e auto cuidado dessas pessoas que encontram-se em situação de risco.

Quanto ao ambiente físico esta Resolução prevê que se tenha “condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences”. Novamente se reforça a necessidade da pessoa ter estes cuidados para que possa manter sua dignidade humana.

Em relação ao trabalho social do Serviço de Acolhimento é previsto pela CNAS,109:

Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contra-referência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

Assim descrito, a respectiva Resolução CNAS,109, determina critérios para que o serviço de acolhimento institucional seja ofertado às crianças e adolescentes de forma a oferecer condições dignas de vida, com perspectivas de resgate social dessas pessoas e o retorno aos seus familiares.

A partir, do exposto acima certifica-se a necessidade urgente de se colocar em prática medidas que cumpram o que determina da lei, para que possam minimizar esta problemática social tão presente na sociedade, garantindo

assim, os direitos humanos de todo cidadão vulnerável ou não, uma vez, que toda pessoa tem seu direito humano universal adquirido, precisa-se somente que este seja efetivado e concretizado.

4- METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho social de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

Segundo Moreira & Caleffe (2008, p.17), “a pesquisa supõe a investigação sistemática, crítica e autocrítica com o objetivo de contribuir para o avanço do conhecimento”.

Assim descrito, verifica-se a necessidade de uma investigação criteriosa, para a construção de novos conhecimentos de ordem científica.

Neste sentido, esta pesquisa quanto a sua natureza é de cunho qualitativo, que de acordo com Godoy (1995, p.58), “considera-se o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo”.

Sua natureza foi assegurada, quando foi realizado a análise dos dados, obtidos por meio do questionário (Apêndice I) aplicado ao Educador Social.

Foi executado também um estudo de campo, que de acordo com Gil (2010, p.66), “[...] procura o aprofundamento de uma realidade específica”.

Este momento aconteceu quando foi realizado a visita e observação no ambiente pesquisado, como também, no momento da aplicação do questionário ao Educador Social, para complemento da pesquisa.

Visando aprofundar conhecimentos e buscando explicitar conceitos para melhor desenvolvimento do trabalho foram utilizados textos bibliográficos de diferentes autores e pesquisadores que tratam sobre a temática como: Oliveira(2001); Brito (1999); Lucchini (1992); Santana (2003); Aptekar (1996); Rosemberg (1994), Benelli (2014); Graciani (2005); Leite(2001) Rizzini(2011), Westphal(2002), Brasil(2001).

Desta forma, a revisão de literatura fundamentada nos diferentes autores contribuiu para o aprofundamento e discussões sobre a temática em pauta.

4.1 DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa ocorreu em uma Casa de Passagem, localizada na cidade de Ponta Grossa -PR, que atende crianças e adolescentes em situação de rua, na faixa etária de 12 anos até a idade adulta.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada entre os dias 01 a 05 do mês de agosto de 2016 e teve como sujeito d3a pesquisa 1 (um) educador social caracterizado com as letras **ES** como segue:

- **ES-** trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua em torno de 5 anos e possui o curso Superior em Administração Incompleto.

As considerações do participante da pesquisa apresentadas ao longo do texto, serão destacadas em fonte itálica entre aspas.

4.3 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Inicialmente foi realizada a visita na Casa de Passagem e entregue o termo de Autorização Institucional (Anexo1) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (Anexo 2) para o presidente da Instituição e o Educador Social para tomarem ciência da pesquisa e realizarem as respectivas assinaturas de autorização e consentimento. Como proposta metodológicas de pesquisa, foi aplicado um questionário (Apêndice 1) ao Educador Social, contendo 10(dez) perguntas abertas e 2(duas) fechadas com o objetivo de verificar como ocorre o processo de acolhimento das crianças e adolescentes em situação de rua, na respectiva Instituição.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados ocorreu a partir da verificação dos dados coletados por questionário direcionado ao Educador Social, da Casa de Passagem, com a intencionalidade de conhecer como ocorre o processo de acolhimento das crianças e adolescentes em situação de rua.

A primeira questão viabilizou identificar a formação do Educador Social, o qual respondeu que possui o “*curso superior incompleto em Administração*”.

A segunda questão, foi uma pergunta fechada, com 4 (quatro) opções de resposta, sendo perguntado: há quanto tempo trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua? Obteve-se a seguinte resposta:

- **ES** - “(x) *entre 1 a 5 anos*”

A partir da resposta verifica-se que o ES, possui um tempo considerável no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua.

Na terceira pergunta teve-se o seguinte questionamento: Quantas crianças e quantos adolescentes em situação de rua são atendidos pelo programa de acolhimento? Ao que respondeu:

- **ES-** *“São atendidos em média de 15 a 20 de crianças e adolescentes por semana”.*

Ao analisar a resposta constata-se que é um número significativo de crianças e adolescentes em situação de rua, que passam pela Instituição durante a semana, uma vez que é um local de acolhimento itinerante.

Em relação quarta questão, a pergunta foi a seguinte: O programa funciona como internato ou semi internato? Foi apresentada seguinte a resposta:

- **ES-** *“Nenhuma das alternativas, trabalhamos com ações sociais, não possuímos estrutura para acolher pessoas em situação de rua, quando existe a vontade por parte do morador de rua em sair dessa situação encaminhamos para outras entidades que possuem a estrutura necessária para esse acompanhamento.”*

O ES deixa claro que as pessoas passam para receber algum tipo de atendimento social em seguida seguem suas vidas, mas se alguém demonstra vontade e interesse em deixar a rua são encaminhados para entidades apropriadas.

Segundo Leite (2001), os internatos funcionavam para atender as crianças e adolescentes de rua, as que desejavam eram encaminhadas, para escola Marinha que possuía uma grande estrutura para recebê-los.

Observa-se aqui que mesmo com o passar do tempo ainda há instituições assistenciais que abrigam pessoas em situação de risco

Na quinta questão foi questionado sobre: Quais são as modalidades de atendimento ofertadas pelo programa de acolhimento? Obteve-se a seguinte resposta:

- **ES-** *“Roupas, banho, alimentação, apoio intelectual e espiritual, encaminhamento para casas de recuperação.”*

Segundo o Educador social todos que são atendidos na instituição tem oportunidade de fazer sua higiene pessoal e assim melhorar a sua autoestima.

Segundo Rizzini (2011), desde o Brasil colônia a falta de higiene era o grande índice de mortalidade infantil, mesmo com a intervenção dos higienistas em geral e dos médicos que preocupavam com as condições de higiene das instituições onde abrigavam as crianças, o número de óbito era grande.

Vê-se que esta problemática ainda persiste nos dias atuais, e que esta entidade de acolhimento ainda se utiliza dos mesmos métodos da época de séculos atrás.

Na sexta questão foi perguntado: De que forma as crianças e adolescentes em situação de rua começam a frequentar o programa de acolhimento? A resposta foi a seguinte:

- **ES-** *“Convite de membros da entidade, informação nas ruas, visitas de membros da entidade as áreas de maior concentração de moradores de rua na cidade.”*

Verifica-se a partir da resposta que existe uma preocupação por parte da entidade em oferecer algum tipo de benefício social assim como uma oportunidade de uma vida mais digna à essas pessoas.

Relata Benelli (2014), que em determinadas entidades assistenciais são oferecidas a esse grupo atividades socioeducativas na área da cultura, atividades esportivas, jogos, dança, pintura, etc., provavelmente essas atividades ofertadas a esse grupo de pessoas em muito contribuem para a melhoria de sua auto estima e bem estar social, mesmo que provisoriamente.

Em relação a sétima foi levantada a seguinte questão: Por quanto tempo estas crianças e adolescentes em situação de rua permanecem no programa de acolhimento? Sendo sua resposta:

- **ES-** *“Conforme mencionei em pergunta anterior depende muito da intenção de cada um, entendemos que tratamentos compulsórios não funcionam, trabalhamos em cima do “livre Arbítrio”*

Detecta-se nesta resposta que dá-se uma oportunidade da pessoa mudar a sua vida tendo uma chance de sair da rua, mas isso só ocorrerá se a pessoa optar por essa mudança.

Segundo Leite (2001), as crianças e adolescentes podiam permanecer nas instituições de acolhimento desde a infância até a idade máxima de 25 anos, acreditando-se que depois de uma estadia longa em reclusão a pessoa estaria apta

a retornar ao convívio social., no entanto, não se pode afirmar se realmente acontecia essa inclusão social de forma satisfatória.

A oitava pergunta teve o seguinte questionamento: Após o término de permanência no programa de acolhimento para onde são encaminhados estas crianças e adolescentes? Obteve-se a seguinte resposta:

- **ES-** *“Ressocialização, suas famílias ou parentes mais próximos.”*

Percebe-se diante da resposta do Educador Social que muitas vezes as pessoas em situação de rua tem a oportunidade de voltar para suas casas e integrar-se novamente aos seus.

Brasil (2009, p.69), destaca que arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes.

Desse modo percebe-se a importância do contexto familiar para o resgate das funções de proteção, cuidado e socialização destas crianças em situação de rua.

A nona questão indagou sobre: Essas crianças e adolescentes frequentam escola em algum período? Como acontece o processo de escolarização?

- **ES-** *“Não frequentam escola.”*

Constata-se a partir da resposta dada que as crianças que passam pela instituição não frequentam a escola, agravando ainda mais esta problemática social.

Graciani (2005), descreve que as crianças e os adolescentes que são excluídas da escola perdem a oportunidade de serem educados, onde prevalece a desigualdade social.

Neste sentido, caso estas crianças estivessem nos bancos escolares, provavelmente não estaria em situação de rua.

Na décima pergunta questionou-se: Essas crianças e adolescentes mantêm contato com seus familiares? De que forma? A instituição oportuniza este contato? Como acontece?

- **ES-** *“Se forem encaminhados para alguma casa de apoio e permanecerem em tratamento sim, mantem contato com suas famílias.”*

Ao analisar a resposta percebe-se que aquele que busca se reintegrar à sociedade voltam a ter contado com seus familiares.

Segundo Graciani (2005), com a vivência na rua as crianças e os adolescentes vão distanciando-se cada vez mais de seus familiares, esta distância é

prejudicial tanto para um lado como para o outro, o ideal seria a convivência familiar, longe de conflitos e agressões.

Em relação a décima primeira questão, foi perguntado: Quais as principais causas que estas crianças e adolescentes relatam terem abandonado a casa e optarem pela situação de rua? Foi respondido:

- **ES-** *“Vícios, abusos, abandono dos pais, pais viciados que já não cuidam nem de si mesmos.”*

A partir da resposta dada, nota-se que os jovens e adolescentes acabam optando pelas ruas devido à violência e a desestruturação familiar onde vão procurar na rua algum tipo de compensação.

Segundo Rizzini & Pilotti (2011), a história retrata a família que surge como aquela incapaz de cuidar de seus filhos, as mães são denegridas como prostitutas e seus pais alcoólatras são incapazes de passar para seus filhos boas influências.

Este contexto familiar que perdura há muito tempo, retratada pela própria história, em nada contribui para a retirada dessas pessoas da rua, e perspectivas de retorno familiar, ao contrário empurram para um distanciamento cada vez maior.

A décima segunda questão foi apresentada de forma fechada, com 6 (seis) opções de resposta, foi perguntado: Em média qual a porcentagem das crianças e adolescentes que frequentaram o programa de acolhimento retornarem para situação de rua? Foi escolhido a seguinte resposta:

- **ES** - *“(x) mais de 50 %”*

A partir da resposta dada fica claro que é bastante significativo o número desses frequentadores pelo programa de acolhimento que preferem a rua por mais dificuldades, abusos e violência que possam sofrer, ainda preferem permanecer expostos a voltarem para suas casas.

Segundo Graciani (2005), sempre que possível busca-se atender uma grande porcentagem de crianças que moram nas ruas criando-se o serviço de atendimento ao menor pelo Sistema de Assistência ao Menor (SAM).

Mesmo com a oferta de diferentes serviços de assistência ao menor ainda há muitos casos de crianças em situação de rua.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o trabalho social de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Para tanto, foi aplicado um questionário, à um Educador Social, que atua em uma Casa de Passagem, na cidade de Ponta Grossa-Pr, o qual relatou sua dinâmica de trabalho em relação à criança e adolescente em situação de rua e o alto nível de vulnerabilidade dessas pessoas.

De acordo com o depoimento do Educador Social a média da ressocialização de crianças e adolescentes retornam para seus vínculos familiares ou família substituta é menor que 50%, ficando um número acima da média destas crianças que permanecem em situação de rua, agravando esta problemática social.

Após a análise de dados a partir do questionário aplicado ao Educador Social e o estudo da alusão dos diferentes autores sobre o tema, constatou-se a importância do serviço de acolhimento institucional previsto em lei, embora este serviço nem sempre atenda a necessidade desta população a qual tem seus direitos violados por se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram alcançados com grande sucesso, pois através dos questionamentos levantados, constatou-se a relevância que a Casa de Passagem, proporciona aos seus frequentadores, visto que lhes oferece condições mesmo que mínimas de dignidade humana.

Assim, conclui-se que as instituições de acolhimento à criança e adolescentes em situação de rua em muito contribuem para o exercício da cidadania e hombridade destas pessoas em situação de risco.

Espera se que esse estudo possa ser referencial para outras pesquisas, pois, a temática estudada certamente não se esgota mas, poderá contribuir para futuras reflexões e debates sobre as crianças e adolescentes em situação de rua e a necessidade destas exercerem seus direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APTEKAR, L. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. **Psicol. reflex. crit**, v. 9, n.1, p. 153-184, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/es/psi-789>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Nova Lei de Adoção. Brasília, 2005.

----- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 09 out. 2016. .

----- **Violência intrafamiliar: orientações para pratica em serviço**. Secretaria de Políticas de Saude. Brasília: Ministerio da Saúde, 2001.

----- Ministério da Saúde. Por uma cultura da Paz, a Promoção da Saúde e a Prevenção da Violência. 1º ed. Secretaria de Atenção á Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009a.

----- Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para pratica em serviço** / Secretaria de Política de Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

----- **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BENELLI, S. J. **Entidades Assistenciais socioeducativas: a trama institucional**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

BRITO, R. C. **Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: Subsídios para uma intervenção comunitária**. Dissertação de Mestrado, Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 1999.

BRITO, L. M. T. **Famílias e separações: perspectiva da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

GRACIANI, M. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

LEITE, L. **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil**. São Paulo: Atual, 2001.

LUCCHINI, R. **Enfant de laRue: identité, sociabilité, drogue**. Genève: LibrairieDroz. 1993.

LUCCHINI, R. **La rechercheavec les enfants de la rue em Amerique Latine: reflexions méthodologiques**. Revue européenne de sciences sociales, XXX (93) 139 – 167. 1992.

MENEZES, D. M. do A.; BRASIL, K. C. T. R. **Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua**. Psicol. Reflex. Crit. [Online], v.11, n.2, p.327-344, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 set. 2015.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 135-158, Mar. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Set. 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PIRES, M. I. S. **Política Nacional de Assistência Social, Suas e Legislações pertinentes**. Disponível em: <http://www.familia.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf>. Acesso em: 09 out. 2016.

PIRES, Maria Izabel Scheidt. **Política Nacional de Assistência Social, SUAS e Legislações pertinentes**. Disponível em: . Acesso em: set. 2016.

SANTANA, J. P. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 113 f. 2003.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTANA, J. P. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 113 f. 2003.

SEBASTIÃO, J. **Crianças de rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa. Oeiras : Celta Editora, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5151>>. Acesso em: 10 out. 2016**

SILVA, Nelsom Barros. Motivos que levam crianças e adolescentes para a rua: um paralelo entre as realidades brasileira e maranhense. **Webartigos**, s/d. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/motivos-que-levam-criancas-e-adolescentes-para-a-rua-um-paralelo-entre-as-realidades-brasileira-e-maranhense/116359/>>. Acesso em 19 Set. 2016.

WESTPHAL, M. F. **Violência e Criança**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.



INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA — Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de Outubro de 2011.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA — Credenciado pela Portaria MEC nº 2812 de 3 de outubro de 2002

Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-0301

<http://www.iessa.edu.br> - secretaria @iessa.edu.br

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO:

1- Qual sua formação?

2-Há quanto tempo trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua?

- () menos de 1 ano
() entre 1 a 5 anos
() entre 5 a 10 anos
() outro _____ anos

3- Quantas crianças e quantos adolescentes em situação de rua são atendidos pelo programa de acolhimento?

4- O programa funciona como internato ou semi internato?

5-Quais são as modalidades de atendimento ofertadas pelo programa de acolhimento?

6- De que forma as crianças e adolescentes em situação de rua começam a frequentar o programa de acolhimento?

7- Por quanto tempo estas crianças e adolescentes em situação de rua permanecem no programa de acolhimento?

8- Após o término de permanência no programa de acolhimento para onde são encaminhados estas crianças e adolescentes?

8- Essas crianças e adolescentes frequentam escola em algum período? Como acontece o processo de escolarização?

9- Essas crianças e adolescentes mantêm contato com seus familiares? De que forma? A instituição oportuniza este contato? Como acontece?

10- Quais as principais causas que estas crianças e adolescentes relatam terem abandonado a casa e optarem pela situação de rua?

11- Em média qual a porcentagem das crianças e adolescentes que frequentaram o programa de acolhimento retornarem para situação de rua?

- 10%
- 20%
- 30%
- 40%
- 50%
- mais de 50 %



INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA — Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de Outubro de 2011.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA — Credenciado pela Portaria MEC nº 2812 de 3 de outubro de 2002

Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-0301

<http://www.iessa.edu.br> - secretaria @iessa.edu.br

ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ponta Grossa, ____ de _____ de _____.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, Analia Maria de Fátima Costa, responsável principal pelo projeto de conclusão de curso, operacionalizado pelo(a) acadêmico(a) Elsa Rosália Scarone, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar este projeto de pesquisa na instituição Casa de Passagem, para o trabalho de pesquisa sob o título “Crianças e adolescentes em situação rua: uma realidade social”.

Este projeto de pesquisa atendendo o disposto na Resolução CNS 466 de 12 de Dezembro de 2012, tem como objetivo: *analisar o trabalho social de albergar crianças e adolescentes em situação de rua.*

Os procedimentos adotados serão através de questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Esta atividade não apresenta riscos por ser uma pesquisa qualitativa geralmente não existe desconforto ou riscos físicos ao participante. No entanto o participante poderá se sentir incomodado em responder alguma pergunta do questionário que julgue de cunho pessoal ou confidencial. Neste caso, o pesquisador deixará claro que o participante que não precisa responder a qualquer pergunta que se sinta desconfortado em falar, sendo assim, a presente pesquisa não apresentará riscos diretos ou indiretos aos sujeitos envolvidos.

Espera-se com esta pesquisa, verificar como acontece o trabalho social de albergar crianças de rua em uma instalação de acolhimento na cidade de Ponta Grossa-PR e averiguar o processo de reintegração e ressocialização dos integrantes em uma casa de acolhimento na cidade de Ponta Grossa-PR.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade Sant'Ana e pelos pesquisadores

Analia Maria de Fátima Costa pelo fone (42) 991316727 e pelo e-mail: amfc.20@gmail.com e Elsa Rosália Scarone pelo fone (42) 99912-74-24 e pelo e-mail : elsa.scarone@hotmail.com

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Autorização Institucional

Eu, _____ responsável pela instituição Casa de Passagem, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Conforme Resolução CNS 466 de 12/12/2012 a pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do **Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.**

Informamos ainda, que é prerrogativa desta instituição proceder a re-análise ética da pesquisa, solicitando, portanto, o parecer de ratificação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos desta Instituição.

Pesquisador	Responsável pela Instituição
-------------	------------------------------

Pesquisador Participante



INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA

FACULDADE SANT'ANA — Recredenciada pela Portaria MEC nº 1473 de 07 de Outubro de 2011.
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANT'ANA — Credenciado pela Portaria MEC nº 2812 de 3 de outubro de 2002
Rua Pinheiro Machado, 189 – Ponta Grossa – PR - CEP 84010-310 – (42) 3224-0301
<http://www.iessa.edu.br> - secretaria @iessa.edu.br

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Nós, Analia Maria de Fátima Costa professora orientadora e Elsa Rosália Scarone pesquisadores da Faculdade Sant'Ana, convidamos o (a) Senhor(a) a participar da pesquisa: “Crianças e adolescentes em situação rua: uma realidade social”.

O objetivo desta pesquisa é: analisar o trabalho social de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

A sua participação será através de um questionário contendo 11 (onze) questões , das quais 2 (duas) fechadas e 9 (nove) abertas.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Instituição de Ensino Superior Sant'Ana podendo ser publicados posteriormente e em nenhum momento seu nome será divulgado. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Alguns riscos podem relacionados ao estudo podem ser: por ser uma pesquisa qualitativa geralmente não existe desconforto ou riscos físicos ao participante. Neste caso, o pesquisador deixará claro que o participante que não precisa responder a qualquer pergunta que se sinta desconfortado em falar, sendo assim, a presente pesquisa não apresentará riscos diretos ou indiretos aos sujeitos envolvidos.

Os benefícios esperados com essa pesquisa são: comprovar a importância do trabalho social de albergar crianças de rua em instituições de acolhimento oportunizando a reintegração e ressocialização de seus integrantes.

No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

As pesquisadoras Analia Maria de Fátima Costa professora orientadora e Elza Rosália Scarone poderão ser encontradas respectivamente nos seguintes telefones: (42) 91316727 e pelo email: amfc.20@gmail.com e (42) 9912-74-24, e pelo e-mail: elsa.scarone@hotmail.com.com.br, responsáveis por este estudo poderão ser contatadas também na Faculdade Sant'Ana, endereço Rua: Pinheiro Machado, 189, pelo telefone (42) 3224-03-01 para esclarecer eventuais dúvidas que a Sra. possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos –CEP/SANT'ANA pelo Telefone (42) 32240301. O CEP trata-se de um grupo de indivíduos com conhecimento científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, neste caso a prof^a. Ir.Marli Conceição Dias. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade.**

Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios e entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

(Nome e Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Local e data

(Somente para o responsável pelo projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou do responsável legal para a participação neste estudo.

(Nome e Assinatura do Pesquisador ou quem aplicou o TCLE)

Local e data

Obs: Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante da pesquisa.